



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0002988-23.2015.8.26.0566**
Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer**
Requerente: **EDELONDES DA COSTA RASERA**
Requerido: **ANDRE LUIZ PERCEGO**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Trata-se de ação em que o autor alegou ter vendido um automóvel ao réu, o qual não o transferiu para o seu nome.

Almeja à sua condenação a tal obrigação de fazer.

A arguição de conexão da presente ação com outra que tem curso perante o r. Juízo da 3ª Vara Cível local não merece mais acolhimento, considerando que aquele feito foi definitivamente julgado (certidão de fl. 59).

Todavia, essa mesma circunstância denota que a responsabilização pela situação posta a discussão já foi dirimida.

A r. sentença cuja cópia se encontra a fls. 48/50 condenou o ora autor a promover a transferência do veículo em apreço para o ora réu, com a ressalva de que a obrigação seria substituída por remessa de ofício tendente à mesma finalidade.

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL****RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min**

Impõe-se nesse contexto a certeza de que não se pode aqui cogitar de imposição de obrigação semelhante ao réu, já estando a questão definitivamente resolvida.

No mais, não vislumbro o elemento subjetivo indispensável à configuração da litigância de má-fé, razão pela qual o pleito no particular apresentado pelo réu não vinga.

Isto posto, **JULGO IMPROCEDENTE** a ação, mas deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 06 de agosto de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**